

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRESCIMENTO DA AGRICULTURA NO ESTADO DE GOIÁS NO PERÍODO DE 1999 A 2005

Antonio Marcos de Queiroz¹
Viviane Araújo da Cunha²

RESUMO

O objetivo principal do trabalho é analisar o crescimento da agricultura no estado de Goiás com base em alguns indicadores econômicos no período de 1999 a 2005. O resultado do trabalho concentrou-se na observação das mudanças ocorridas nas relações econômicas e organizacionais ao longo do período, centralizando-se nas instituições governamentais e suas políticas disponíveis. Nesse sentido, constatou-se que no período analisado houve a elevação da produção de grãos e quantidades colhidas no estado de Goiás em relação ao Centro-Oeste e Brasil. Além disso, a agricultura colaborou para a evolução e estruturação do PIB, como também melhoraram os indicadores com impactos no crescimento econômico do Estado. Conclui-se que o desempenho da agricultura trouxe parcela importante na elevação do PIB, aproveitando vantagens comparativas do estado pela produção de grãos nas extensas áreas cultiváveis e planas de cerrado.

Palavras-chave: Agricultura, Crescimento Econômico, Indicadores Econômicos

ABSTRACT

The paper main purpose is to analyze the growth of agriculture in Goiás State, based in some economic indexes from 1990 to 2005. The result of this work was concentrated on observation of changes that occurred on economic and organizational relationships on this period, focusing on government institutions and on its available politics. On this sense, it had been shown, during the analyzed period, that there was an increase of production and collected quantities of grains in Goiás State in comparison to the WestenCenter and Brazil as a whole. Beyond this, agriculture helped PIB evolution and construction as well to better the indexes with impacts on Goiás State growth. It can be concluded that the development of agriculture brought an important parcel in PIB increase, by means the comparative advantages of the State by grains production and culture on extensive and plain areas of “Cerrado”.

Key Words: Agriculture, Economic growth, Economic indexes.

INTRODUÇÃO

As relações econômicas e sociais da agricultura partem do pressuposto que nas fases iniciais do desenvolvimento, a população encontrava-se concentrada no meio rural e de que o setor primário geraria maior riqueza nacional. No final do século XIX e início do século XX, observou-se no Brasil que à medida que a economia se desenvolvia, a população rural e, conseqüentemente, as atividades econômicas foram gradativamente transferidas para a

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia-MG, professor Adjunto das Faculdades Alves Faria –ALFA e Analista de Gestão – Economista da CELG Distribuição S.A.

² Bacharel em Ciências Econômicas pelas Faculdades Alves Faria – ALFA.

economia urbana com o processo de urbanização. Nessa expansão, ocorreram vários benefícios que aumentaram a produtividade e o nível da renda, mas surgindo assim uma nova necessidade: alimentar a população urbana.

Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do país, a agricultura forma um setor estratégico para o crescimento, tendo em vista suas interdependências intersetoriais, na medida em que se torna um setor à montante e à jusante. Em outras palavras, assume o papel na produção de insumos como também absorve produtos industrializados, além de fornecer alimentos para o consumo de muitos trabalhadores. Assim, a partir de uma dotação de recursos, somada a terra e mão-de-obra em abundância, pode se construir uma economia industrial diversificada.

A partir dos anos 40, a industrialização era tida como capaz de tirar os países subdesenvolvidos de seu estado de atraso econômico, social e político, porém, fica claro que para obter esse objetivo, as ações governamentais devem implementar medidas específicas voltadas para a agricultura, que embora diferenciadas em seus detalhes, apresentam certa uniformidade de uma região para outra.

Dessa forma, embora o bom desempenho do setor agrícola, principalmente em Goiás, resulte em grandes benefícios para o Estado, as diferenças regionais existentes mostram que tal desempenho em certos momentos não é uniforme. A explicação é devido à desigualdade entre o uso em abundância de tecnologia nos produtos exportáveis e a escassez dessa tecnologia no mercado interno. Mas dentro desse raciocínio cabe destacar que um dos principais aspectos do crescimento recente da agricultura foi à melhoria das relações de troca promovida pela abertura comercial, pois vem aumentando gradativamente a produtividade desse setor.

Vale ressaltar que se tem a preocupação de verificar se determinados fatores de produção estão sendo empregados de forma adequada, tendo em vista sua importância na compreensão do desempenho agregado e das transformações ocorridas nos últimos anos da agricultura. Ademais, a análise geral centraliza-se nas instituições governamentais, nas políticas disponíveis no período, nas disputas e desigualdade existentes entre as classes, nas condições de uso e acesso a terra, nas relações de trabalho no campo e suas respectivas mudanças, nos conflitos sociais e no mercado em si onde a agricultura se encontra inserida.

A partir dessa discussão, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar pelos indicadores econômicos o crescimento da agricultura em, tomando por referência o período 1999 a 2004.

O crescimento da agricultura é um dos fatores determinantes para que haja expansão

econômica, principalmente para os Estados que possui a vocação agrícola como é o caso de Goiás. Nessa perspectiva quais os principais fatores que permitiram o crescimento da agricultura em Goiás?

É pertinente o estudo pela discussão sobre a política governamental de apoio creditício direcionada à agricultura que tem constituído num dos temas mais polêmicos da atualidade brasileira, a modernização do setor enquanto ainda o país padece de políticas da distribuição das terras. Isso indica que a suposta racionalidade econômica que se defende para a política agrícola, nada mais seria que a introdução de esquemas teóricos perfeitamente enquadrados em outros setores. Os quais aparentemente têm desprezado o risco de que se desorganize a agricultura e toda a economia em geral.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Crescimento Econômico

As definições de desenvolvimento e crescimento, muitas das vezes, causam confusões conceituais. Contudo, a experiência tem apontado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com o crescimento, pois apesar de se combinarem no progresso das nações, suas definições são distintas. O processo de crescimento ocorre de certa forma, de maneira isolada, já o desenvolvimento traz consigo mais crescimento.

Crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, a adoção e a implantação de novas atividades econômicas em uma determinada região podem elevar os níveis de produção, como também a renda e o emprego, sem que com isso ocorra necessariamente um processo de desenvolvimento sustentável (PEDROSO & SILVA, 2005).

O mundo se encontra formado por economias e procedimentos diferenciados. Pois, existem diversas nações com más distribuições de rendas, e também países muitos pobres e países muitos ricos. É neste ponto que Passos e Nogami (2003) observam que ao questionar crescimento e desenvolvimento econômicos, é válido considerar os casos extremos: os ricos, os pobres e aqueles que se movem rapidamente entre eles.

Segundo Gremaud *et al* (2002), pode-se conceituar o crescimento econômico como a simples ampliação quantitativa do produto, ou seja, de forma que atenda às necessidades dos seres humanos. Enquanto o desenvolvimento engloba mudanças qualitativas no modo,

condições qualidade de vida da sociedade, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse sentido, desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna e eficiente.

Não se pode confundir e definir uma economia de crescimento com uma economia de desenvolvimento. Badouin (1982) identifica que pode ocorrer em uma ou várias regiões de um país um crescimento econômico, traduzindo no aumento dos índices de produtividade e de produção, sem que isso acarrete necessariamente em desenvolvimento econômico. Para ele, enquanto o crescimento é setorial e limitado, o desenvolvimento é estrutural e global, onde traz mudanças no projeto de vida e uma transformação da coletividade.

Dentro dessas concepções, mostra-se a importância de se estudar tanto o crescimento quanto o desenvolvimento, pois demonstra que apesar das semelhanças existentes em suas definições, são totalmente diferenciadas em seus detalhes.

Para que se possibilite a expansão dos processos produtivos, Kennedy (1979) destaca que é necessário qualificar a mão-de-obra, tais como setores empresariais permanentes e fortes nos mercados, como também créditos financeiros disponíveis, administração política adequada, processo de inovações tecnológicas eficientes relacionadas às comunicações e nos transportes, formação de poupança, investimentos, bom ensino educacional entre outros.

Porém, torna-se interessante abordar que para haver o crescimento econômico ocorre a influência de todo um conjunto de fatores fundamentais, para que desta forma a economia obtenha resultados positivos. Passos e Nogami (2003) completam afirmando que a esses fatores podem associar-se a questão da melhoria do padrão de vida da sociedade, na melhoria do avanço tecnológico, e na eficiência organizacional (maximização na utilização dos recursos disponíveis).

A economia cresce mediante estímulos, que circula por todo sistema produtivo, transformando-o. Nesse processo, existem vários motivadores que por sua ação de multiplicação e de aceleração, faz com que essa economia se modifique cresça ao longo do tempo. Pode-se destacar como impulsionadores desse crescimento, os seguintes mecanismos: a expansão das exportações e de transferências líquidas do exterior; o crescimento demográfico; o efeito consumo e os gastos públicos e militares (SOUZA, 1999).

De maneira bastante simples, Ueda (1987), define o crescimento econômico como a elevação contínua da renda *per capita*, melhoramento do nível tecnológico, ao estoque de capital, à mão-de-obra a aos recursos naturais disponíveis. Ele aponta que o ritmo do crescimento econômico dar-se por meio da melhor utilização do conjunto desses fatores

(Capital, Trabalho e Recursos Humanos), o qual pode ser alterado por elementos e decisões impostas pelo próprio mercado.

Já para Sarris (2001), a nova teoria do crescimento, aponta a importância de diversos fatores que, administrados racionalmente, conduzem a um crescimento econômico de certa forma sustentável, exemplifica-os como: Investimento em Capital Humano, Infra-estrutura, Políticas Monetárias e Fiscais sadias, Democracia e Estabilidade Política, Abertura Comercial, Corrupções entre outros. Na teoria do autor, vale ressaltar que há de ter esforços consideráveis na exploração das relações entre crescimento e desigualdade, bem como crescimento e pobreza.

Quando se analisa o crescimento econômico, verifica-se, portanto, os benefícios oriundos de todo o sistema econômico. Kennedy (1979) aponta que tal crescimento somado a adoção e a ampliação de políticas eficientes do Governo resultam no aumento proporcional de empregos, da renda geral e *per capita* da população. Concomitantemente, tal processo eleva as receitas e fruto da arrecadação de impostos, contribuindo para a adoção de políticas e projetos viáveis.

1.2 Considerações Iniciais sobre a agricultura em Goiás

A produção agrícola em Goiás, até o início do século (XX), era de autoconsumo, voltada exclusivamente para o abastecimento alimentar da população residente, o que ocasionou para que não houvesse prática agrícola em nível de produção mercantil, devido às dificuldades trazidas pelo processo, tais como: grau de desenvolvimento das forças produtivas, pouca fertilidade do solo, relações de trabalho (mão-de-obra), concentração da propriedade da terra e, principalmente, a falta de meios de transportes (NAZARENO e SALLES, 2006; SERRA, 2003).

Conforme presume Maia (2005), o progresso técnico incorporado ao crescimento da agricultura aplicado nos cerrados, baseou-se na relação de custos de fatores de produção e oferta. Um dos principais agravantes enfrentados no início residia-se na preocupação com a ínfima absorção de mão-de-obra, mas que, pouco a pouco, foi sendo diluído pela produtividade e na convivência capital/trabalho nos moldes observados na agricultura.

Nazareno e Salles (2006) analisam que tal crescimento agrícola era lento e diferenciado em Goiás, pois exigia integração na economia regional. Entretanto, para isso seria necessário implantação de infra-estrutura de transporte adequada que possibilitasse o processo de compra

e venda de mercadorias, pois com esse processo, Goiás se inseria no mercado nacional, proporcionando maior desenvolvimento da economia regional.

1.3 Fronteiras Agrícolas

Em meados da década de 1960, a falta de programas específicos e de incentivos governamentais bloqueava, de certa forma, o desenvolvimento agrícola da região. Segundo Muller, apud PEDROSO, (2004), até o fim desse período, a participação do estado na evolução da fronteira agrícola manteve-se reduzido. A expansão das frentes de atividades produtivas foi basicamente espontânea, com o envolvimento governamental, freqüentemente tardio, ocorria apenas quando deficiências de infra-estrutura ameaçavam a viabilidade das frentes de agricultura comercial.

Já na década de 70, Araújo Silva (2006) retrata que a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que tinha em seus objetivos elevar a participação da agropecuária, expandir a fronteira agrícola e incorporar novas áreas nas regiões produtoras tradicionais, inicia-se o processo de incorporação da região Centro-Oeste à economia, em âmbito nacional. A autora ressalta que as políticas públicas foram de fato, as grandes contribuintes para que o processo de incorporação dos cerrados fosse bem sucedido.

Além da ausência específica de programas destinados à expansão da fronteira agrícola, Silva (2000) caracteriza que os problemas criados pela falta de técnicas de cultivo apropriadas ao cerrado foram fatores limitantes ao desenvolvimento agrícola da região. Com o decorrer do processo e com a exigência do próprio sistema produtivo a situação se modifica, pois o desenvolvimento regional agora apoiado pelo Estado tinha como objetivo diminuir as desigualdades regionais. Desta forma, foram implementadas diversas políticas de desenvolvimento regional, onde pode destacar o incentivo à expansão da fronteira agrícola.

A expansão dessas fronteiras agrícolas principalmente na região do Centro-Oeste, fez com que a ocupação dos Cerrados ficasse atrativa, pelo fato de sua proximidade aos grandes mercados consumidores e do aumento do interesse do Estado em incentivar esses fatores, como forma de resultar e proporcionar o desenvolvimento da economia (SILVA, 2000).

A expansão da fronteira agrícola em Goiás, a partir da década dos anos de 1970 se caracterizou pela vinda de agricultores de outras regiões do país. Miziara (2006) pressupõe que tais agricultores já possuíam certas experiências e padrão tecnológico utilizado naquela época. Esses agricultores compravam terras que antes eram consideradas inaproveitáveis pela

agricultura tradicional, onde usavam insumos e tecnologia conhecidos e trabalhavam com preços diferenciados dentro do mercado.

Nesse tema podem ser destacadas três etapas distintas no ciclo produtivo: frente da expansão, frente pioneira e, por último, fronteira agrícola. O ciclo produtivo diversificou o uso das unidades de produção disponíveis, como é o caso da evolução do número de tratores, mecanização, uso da moderna tecnologia na agropecuária, uso de insumos químicos, variedades de sementes melhoradas e a intensificação do uso do solo, trazendo maior fertilidade e consolidação de áreas cultivadas (SERRA, 2003).

Araújo Silva (2006), conclui seu raciocínio abordando que a atração de investimentos para regiões do cerrado foi proporcionada pela facilidade de altos montantes do crédito rural, por programas especiais de crédito para esta região, dentre os quais se destacam: os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados POLOCENTRO e o PRODECER, tratados especificamente no tópico a seguir.

1.4 Programas Desenvolvimentistas

A modernização agrícola e a ocupação das terras de cerrado provocaram profundas transformações no espaço agrário da região Centro-Oeste, trazendo reflexos no estado de Goiás. Através da adoção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, financiados pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, a região Centro-Oeste se inseriu no modelo econômico do país sem levar em conta os aspectos ambientais e sociais das áreas ocupadas. O Estado proporcionou a industrialização do campo e a capitalização da agricultura na região contextualizada (PEDROSO e SILVA, 2005).

Maia (2005); Bertran (1988) tratam que essa busca pela região e na ocupação dessas terras, se deu por meio da preferência que se iniciou com a criação do Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), em 1975, que tinha entre seus objetivos, o incentivo à pesquisa agrônômica, resultando no desenvolvimento de tecnologias que permitiam corrigir os solos ácidos e de baixa fertilidade. Sendo que grande parte do êxito alcançado pela modernização agrícola, foi em virtude do apoio concedido pelo POLOCENTRO que financiou projetos de pesquisa desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e outras entidades interessadas no aproveitamento das terras dos cerrados brasileiros.

Miziara (2006) enfoca que o impulso à inserção dos cerrados nas áreas cultivadas foi

ocasionado por certos programas específicos implementados nessa região, com o intuito de proporcionar o desenvolvimento agrícola. Dentre eles, destaca-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), tendo como objetivos o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias, mediante a ocupação racional das áreas de cerrados, bem como o seu aproveitamento em escala. Tais programas, em especial o POLOCENTRO, selecionaram áreas específicas para a atuação e forneceram créditos subsidiados aos produtores que tivessem interesse de investir na agropecuária empresarial.

Para Muller, (apud PEDROSO, 2004), o programa POLOCENTRO foi voltado para abertura da fronteira agrícola, mas determinadas políticas favoreceram os grandes e médios produtores, deixando em situação bem diferente, os pequenos. Em outras palavras, foi um programa de estímulo da média e grande agricultura empresarial, mediante o fornecimento de crédito subsidiado, assistência técnica e remoção dos obstáculos ao seu financiamento, sendo que a pequena agricultura quase não foi beneficiada nesse processo.

O POLOCENTRO se caracterizou por ter sido considerado como o principal programa de ação regional do II PND, que teve como objetivo primordial a ocupação de forma ordenada das áreas centrais do Brasil, onde obteve recursos políticos e financeiros que abrangia os setores: de armazenamento, energia, assistência, pesquisa, agropecuária, infra-estrutura na eletrificação rural, mecanização e a utilização intensiva de corretivos de solo (PESSÔA apud SILVA, 2000).

No que tange o PRODECER, visava o processo de exportação e o aumento da competitividade dos produtos agrícolas no mercado exterior, mediante a adoção de condições necessárias para esse processo, tais como: a empregabilidade de tecnologias avançadas intensivas em capital, onde resultaria produção relativamente grande e com qualidade superior (ARAÚJO SILVA, 2006).

O programa foi desenvolvido em etapas, monitorado e coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), através da ampla utilização de mecanização e modelo intensivo de produção, foram também adotados o PRODECER II e PRODECER III, de forma a abranger e beneficiar outras cidades inseridas no país (SILVA, 2000).

De acordo com Pedroso (2004), esses programas assumiram grande importância em Goiás, pois eram projetos de desenvolvimento onde incluía participação de incentivos do governo para atrair novas indústrias para o estado. Sendo assim, o autor analisou que os impactos que as agroindústrias, podem causar nas regiões onde se instalam são inúmeros,

tanto sociais quanto ambientais, sendo que, esses impactos refletiram principalmente na qualidade de vida das pessoas.

As indústrias instaladas no estado foram atraídas pelas estratégias de produção, em virtude da relação direta dos agentes locais e políticas de incentivos fiscais. De certa forma, essas políticas desenvolvimentistas não levaram em consideração os aspectos ambientais e sociais trazidas pelo processo, nas áreas que se beneficiam desses programas, como se pode citar o exemplo da região Centro-Oeste que no início da década de 1970, passou por desenfreada ocupação em função da expansão da fronteira agrícola (PEDROSO e SILVA, 2005; DINIZ, 1995).

Associado a estes fatores, o diferencial da expansão de grãos no cerrado, na década de 1990, é explicado, segundo Helfand e Rezende (apud ARAÚJO SILVA, 2006) pelas características: utilização da maior parte de crédito para investimento em relação à comercialização; utilização do fator terra de forma extensiva; forte interligação da pecuária com a lavoura e existência de grandes estabelecimentos que incorporam altos níveis de tecnologia. Todos esses fatores contribuíram para o crescimento da produção de grãos em Goiás, conforme os dados demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da produção de grãos dos principais produtos agrícolas em Goiás de 1995 a 2005.

Em mil (h.a)							
ANO	Algodão Herbáceo	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Sorgo Granífero	Trigo
1995	65,9	271,4	142,8	875,3	1.122,7	32,5	1,0
1996	76,4	198,1	90,5	926,5	909,4	59,7	5,1
1997	84,0	138,7	107,8	964,6	991,2	93,0	2,7
1998	180,6	129,0	123,8	659,7	1.338,1	135,0	8,0
1999	110,2	206,4	152,0	840,4	1.324,7	149,9	10,4
2000	90,4	147,2	108,4	871,8	1.454,5	176,6	6,8
2001	97,6	117,8	118,4	906,1	1.540,0	127,0	7,8
2002	91,7	113,7	125,8	746,3	1.887,4	190,0	20,5
2003	95,4	112,0	134,8	715,0	2.170,5	237,5	16,8
2004	135,6	161,3	117,9	676,8	2.572,0	313,5	16,8
2005	143,7	182,3	115,3	605,0	2.662,0	276,5	21,7

Fonte: CONAB, 2006. Adaptado pela Autora.

Ao analisar o período de 1995 a 2005, pode-se constatar que a área cultivada de produtos como algodão, soja, sorgo e trigo apresentaram altas variações de crescimento, respectivamente 118,07%, 137,11%, 750,77% e 2.070 %.

2 METODOLOGIA

A análise metodológica baseou-se na coleta de dados com pesquisa qualitativa e documental com a utilização de variáveis quantitativas. Além disso, baseou-se na consulta em bibliografias com parâmetros e fundamentos teóricos que aborda especificamente o tema analisado, o que possibilitou a realização do trabalho em questão e que contribuiu para identificar as diferenças existentes entre crescimento e desenvolvimento econômico, bem como avaliar o desempenho do setor agrícola no estado de Goiás e dos efeitos que esse crescimento está proporcionando na região, no período de 1999 a 2005.

Na avaliação das estatísticas de crescimento desse setor foram analisadas site de órgãos governamentais, tais como: SEPLAN-GO, IBGE, BNDES, que estudou com ênfase o aumento da produção de grãos da região, onde se buscou dados que demonstraram as quantidades plantadas, como também os seus impactos no crescimento e desenvolvimento econômico que contribuiu, com vital importância, para melhor compreender o desempenho da agricultura e sua parcela de contribuição na economia do estado de Goiás.

Os dados levantados foram analisados para comparar o desempenho do setor agrícola em Goiás em relação ao desempenho dos outros setores, bem como a sua representação dentro da região do Centro-Oeste e em âmbito nacional, Brasil, de modo que observou os pontos fundamentais e as ferramentas que além de fragilizar, incapacita a decorrência do processo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Crescimento Econômico em Goiás

Um dos principais indicadores de riqueza gerada por determinado Município, Estado ou País é o Produto Interno Bruto (PIB). É importante por demonstrar as particularidades e dinâmica da estrutura produtiva, bem como, melhor dimensionamento das atividades econômicas e possibilidade de compará-las com as de outros locais, subsidiando a elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento municipal e regional. Em decorrência desses aspectos, torna-se necessário analisar esse indicador de forma a identificar a contribuição do PIB de Goiás, em relação ao Centro-Oeste e Brasil, bem como a participação dos setores: agropecuário, indústria e serviços na região, avaliando quais desses setores, contribuíram de forma significativa, para o crescimento do estado.

Pode-se dizer que nos últimos anos, Goiás cresceu acima da média nacional. Um dos fatores que justifica tal crescimento está na diversificação das exportações do estado, conjugada com a expansão da demanda de produtos agrícolas por outros países, principalmente China e Índia. De acordo com a Tabela 2, o PIB goiano entre o período de 1999/2000 há um crescimento aritmético de 20,90%. Em 2000/2001 há um crescimento 15,62%. Em 2002/2003 foi de 24,96%. Para os dois períodos seguintes 2003/2004 e 2004/2005, o crescimento foi de 17,69% e 12,17%, respectivamente.

Para a região Centro-Oeste, nesse mesmo período, o crescimento foi em 1999/2000; 21,92%; em 2000/2001, 12,73%; em 2001/2002, 16,13%; 2002/2003, 15,94%; em 2003/2004, 14,25%. Já o PIB nacional, apresenta crescimento para o período de 1999/2000, de 13,08%; 2000/2001, de 8,85%; 2001/2002, de 12,29%; 2002/2003, 15,61%; 2003/2004, de 13,52%.

Tabela 2 - Evolução do PIB em Goiás, Centro-Oeste e Brasil de 1999 a 2004.

Especificação	PIB a preços correntes (R\$ milhões)					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Goiás	17.920	21.665	25.048	31.299	36.835	41.316
Centro-Oeste	62.779	76.542	86.288	100.202	116.172	132.727
Brasil	973.846	1.101.255	1.198.736	1.346.028	1.556.182	1.766.621

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2007

O PIB goiano acumulado registrou para o período de 1999/2004, crescimento aritmético de 130,56%. Nesse mesmo período, a região Centro-Oeste registrou crescimento de 3 dígitos, cerca de 111,42%, passando de R\$ 62.779 milhões para R\$ 132.727 milhões. Já o crescimento acumulado nacional foi de 81,41%, passando de R\$ 973.846 milhões para R\$ 1.766.621 milhões para o mesmo período. Nesse sentido, o Brasil apresentou crescimento anual do PIB de 13,56% ao ano em termos aritméticos, enquanto a região Centro-Oeste e Goiás, os percentuais são de 18,57 % e 21,76% ao ano, respectivamente.

O PIB goiano sofreu algumas alterações na composição ao longo do período de 1999 a 2004. De acordo com a Tabela 3, houve maior participação dos setores da agropecuária e da indústria, *vis-à-vis* a queda no percentual do setor de serviços. Observa-se que em 1999, o setor agropecuário, industrial e de serviços respondiam por 16,16%, 29,56% e 54,28%, respectivamente. Já em 2004, esses percentuais foram de 20,74%, 35,48 e 43,78%, respectivamente. Embora nos últimos anos a agricultura tenha apresentado queda na área cultivada, o valor agregado na composição do PIB apresentou crescimento, principalmente com o agronegócio. O estado de Goiás também tem implementado políticas de investimento

Revista de Economia da UEG, Anápolis (G), Vol. 4, no. 01, JAN-JUN/2008. 85

no setor industrial, na medida em que tem aproveitado potencialidades do estado nos setores de mineração e alimentícios e, mais, recentemente, o setor automobilístico (SEPLAN, 2007)

Tabela 3 - Participação percentual relativa do PIB por setor, de 1999 a 2004.

ANO	Estrutura do PIB por setores (%)			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	100,00	16,16	29,56	54,28
2000	100,00	17,19	32,49	50,32
2001	100,00	17,54	35,03	47,43
2002	100,00	22,51	32,65	44,87
2003	100,00	21,94	35,15	42,91
2004	100,00	20,74	35,48	43,78

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2007

No que tange a análise da variação do PIB de Goiás, os números da Figura 1, mostram que a região apresentou crescimento superior ao PIB nacional, no período de 1999 a 2003. Embora, verifica-se que o PIB de Goiás registrou queda de 1,28% em 2004, em relação ao ano anterior que apresentou crescimento de 5,06%, assim pela primeira vez, desde 1999, a economia goiana cresceu abaixo da média nacional, já que o PIB Brasil apresentou taxa de crescimento de 4,94%. A redução do ritmo de crescimento da geração de riqueza do estado foi provocada pela queda do valor agregado ao setor da agropecuária, pois as atividades desse setor têm peso significativo na economia em geral. O resultado foi influenciado por pragas, problemas climáticos e baixos preços dos produtos agrícolas, principalmente da soja e do milho (SEPLAN, 2007).

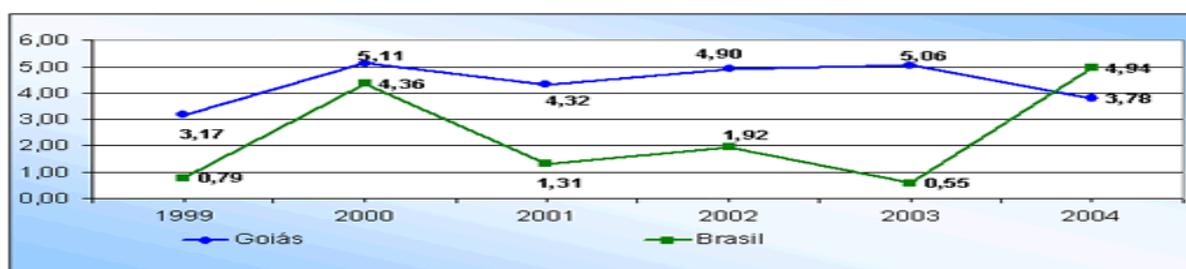


Figura 1 - Variação do Crescimento do PIB em Goiás e Brasil, de 1999 a 2004.

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais – 2006

3.2 Tendências de Expansão da Agricultura em Goiás

A agricultura participa de forma significativa na estrutura produtiva de Goiás, segundo a

Seplan (2006), esse setor é considerado importante atividade na geração de riquezas de Goiás, pois fomenta a agroindústria e agrega valor aos produtos exportáveis, gera novos postos de trabalho e contribui para o desenvolvimento da região.

Dentro desse contexto, a Tabela 4 mostra o comportamento dos principais produtos agrícolas, no ano de 2003 e 2006. Observa-se que em 2003 o desempenho de diversos produtos em relação à área colhida, foi melhor que em 2006, com exceção ao arroz de sequeiro, feijão (3ª safra), soja e tomate de mesa, que conseguiram se sobressair e apresentar melhores resultados. Associados a esses aspectos, a produção total em 2006 não foi diferente, pois apresentou queda em quase todos os produtos, somente o arroz de sequeiro, feijão (3ª safra) e tomate de mesa, cresceram respectivamente, 8,11%, 9,39%, 27,81%. Em contrapartida, o rendimento médio no ano de 2006, destaca-se por apresentar maiores taxas em 46,67% das safras dos principais produtos.

Tabela 4 – Área colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos agrícolas em Goiás, 2003 e 2006.

Produtos	2003				2006			
	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg / ha)	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg / ha)
Algodão Herbáceo	96.922	96.922	297.177	3.066	66.000	66.000	202.479	3.067
Arroz de sequeiro	107.183	107.039	195.878	1.829	113.290	111.870	211.755	1.893
Arroz Irrigado	7.855	7.855	48.253	6.142	3.000	3.000	18.000	6.000
Feijão (1ª safra)	45.915	45.715	83.166	1.819	43.730	43.730	62.972	1.440
Feijão (2ª safra)	38.818	38.803	53.425	1.377	22.890	22.890	43.375	1.895
Feijão (3ª safra)	53.917	53.917	148.264	2.749	66.780	66.780	162.191	2.428
Girassol	22.917	22.917	30.843	1.345	7.350	7.350	9.187	1.250
Milho (1ª safra)	476.849	476.849	2.512.788	5.270	466.150	463.930	2.255.806	4.862
Milho (2ª safra)	231.857	231.857	1.068.504	4.608	223.210	223.210	972.770	4.358
Soja	2.171.851	2.171.851	6.301.259	2.901	2.494.060	2.492.760	6.018.104	2.414
Sorgo	236.495	236.495	638.387	2.699	223.270	223.270	568.421	2.546
Tomate de Mesa	2.130	2.127	94.710	44.527	2.570	2.570	121.050	47.101
Tomate Industrial	11.260	11.260	939.278	83.417	7.340	7.340	640.110	87.208
Trigo Irrigado	13.130	13.130	61.128	4.655	9.490	9.490	44.423	4.681
Trigo Sequeiro	3.580	3.580	5.220	1.458	890	890	1.861	2.089

Fonte: IBGE Acompanhamento da Safra (2003) e GCEA – Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (2006).
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2004 e 2007. Adaptado pela Autora

Ao analisar a atividade agrícola, não se deve deixar de considerar as suas características peculiares, já que revelam algumas diferenças das demais formas de produção. Graziano da Silva (1999) considera que fatores naturais como: ventos, chuvas, temperaturas, pragas entre outros, podem levar ao fracasso ou sucesso da colheita, ressaltando que as leis da natureza podem intervir de forma a condicionar ou até mesmo determinar o fim do processo.

Diante dessa perspectiva, a Tabela 5 apresenta a produção de grãos do estado de Goiás, bem como sua relativa importância no Centro-Oeste e Brasil. No período em questão, todas as regiões mostraram bom desempenho. Observa-se que o estado de Goiás, a região Centro-Oeste e Brasil, o crescimento da produção foi de 45,89%, 66,06% e 41,83% respectivamente. Segundo Seplan (2006), esse avanço da produção é fruto de aspectos como: contribuição da

pesquisa por meio do desenvolvimento de cultivares mais resistentes e produtivas; criação de programas de controle dos males da agricultura e pecuária; como também a maior participação do Estado para o fortalecimento do setor agrícola. No período analisado, Goiás mantém sua posição no *ranking* do Centro-Oeste e Brasil, 2º e 4º, respectivamente.

Tabela 5 - Produção de Grãos: Goiás, Centro-Oeste e Brasil. 1999 a 2004.

ANO	Goiás (t)	Centro-Oeste (t)	Brasil (t)	Participação (%)		Posição	
				Goiás / Centro-Oeste	Goiás / Brasil	Goiás / Centro-Oeste	Goiás / Brasil
1999	7.794.425	24.164.418	85.699.981	32,26%	9,10%	2º	4º
2000	8.727.474	25.975.687	87.572.919	33,60%	9,97%	2º	4º
2001	9.128.916	28.977.525	102.796.483	31,50%	8,88%	2º	4º
2002	9.735.056	31.321.960	100.020.539	31,08%	9,73%	2º	4º
2003	11.399.114	38.165.880	126.044.223	29,87%	9,04%	2º	4º
2004	11.371.631	40.127.880	121.547.781	28,34%	9,36%	2º	4º

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2007

Quanto à produção de grãos de Goiás, nos anos de 2004 e 2005, verifica-se na Tabela 6, que a microrregião Sudoeste de Goiás manteve o 1º lugar, porém, com participação menor no montante do estado, passou de 45,19% para 38,82%. Outras microrregiões que melhoraram suas posições foram o Entorno de Brasília que passou do 3º (11,64%) para o 2º (14,27%) lugar, Catalão do 5º (6,69%) para o 4º (8,09%) lugar, Porangatu do 9º (1,61%) para o 8º (1,97%), Vão do Paranã do 13º (0,84%) para o 12º (0,98%). Já Goiânia, Rio Vermelho, Aragarças e São Miguel do Araguaia tiveram aumentos em suas quantidades de grãos produzidos, mas permaneceu na mesma posição, no 14º lugar do ranking.

Tabela 6 - Ranking da produção de grãos por Microrregião em Goiás. 2004 e 2005.

Microrregião	2004			Microrregião	2005		
	Produção de Grãos (t)	Participação (%)	Ranking		Produção de Grãos (t)	Participação (%)	Ranking
TOTAL DO ESTADO	11.371.631	100,00		TOTAL DO ESTADO	11.346.604	100,00	
Sudoeste de Goiás	5.138.515	45,19%	1º	Sudoeste de Goiás	4.405.163	38,82%	1º
Meia Ponte	1.377.631	12,11%	2º	Entorno de Brasília	1.619.461	14,27%	2º
Entorno de Brasília	1.323.340	11,64%	3º	Meia Ponte	1.451.258	12,79%	3º
Vale do Rio dos Bois	807.598	7,10%	4º	Catalão	917.379	8,09%	4º
Catalão	760.480	6,69%	5º	Vale do Rio dos Bois	797.309	7,03%	5º
Pires do Rio	518.277	4,56%	6º	Pires do Rio	626.162	5,52%	6º
Anápolis	281.515	2,48%	7º	Anápolis	292.938	2,58%	7º
Quirinópolis	206.293	1,81%	8º	Porangatu	223.913	1,97%	8º
Porangatu	183.250	1,61%	9º	Quirinópolis	193.526	1,71%	9º
Ceres	142.992	1,26%	10º	Ceres	140.886	1,24%	10º
Chapada dos Veadeiros	110.353	0,97%	11º	Chapada dos Veadeiros	139.623	1,23%	11º
Anicuns	106.182	0,93%	12º	Vão do Paranã	111.035	0,98%	12º
Vão do Paranã	96.053	0,84%	13º	Anicuns	101.281	0,89%	13º
Goiânia	89.714	0,79%	14º	Goiânia	89.906	0,79%	14º
Rio Vermelho	74.392	0,65%	15º	Rio Vermelho	75.606	0,67%	15º
Aragarças	68.887	0,61%	16º	Aragarças	71.776	0,30%	16º
Iporá	46.541	0,41%	17º	Iporá	45.936	0,40%	17º
São Miguel do Araguaia	39.619	0,35%	18º	São Miguel do Araguaia	43.446	0,38%	18º

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005 e 2007. Adaptado pela Autora

A elevação da produção de grãos está associada a maior demanda, principalmente, pelas empresas ligadas ao setor de alimentos que se fixaram no Estado nos últimos anos e a crescente demanda internacional liderada pela China e Índia, melhorando os preços dessas *commodities*.

Dessa forma que de acordo com a Tabela 7, percebe-se o produto abacaxi teve queda em Goiás de 21,72 % e no Centro-Oeste de 11,78%, enquanto o Brasil, houve crescimento de 3,09%. O arroz apresentou crescimento em todas as regiões, respectivamente de 53,45%, 65,02% e 28,31%. Já o café enquanto cresceu 50,10% e 8,20% em Goiás e no Brasil, respectivamente, no Centro-Oeste apresentou queda de 14,56%.

Tabela 7 - Participação dos principais produtos agrícola no Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil, de 2003 a 2005.

Produto	Goiás			Centro-Oeste			Brasil		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Abacaxi (Mil Frutos)	50.780	44.747	39.748	72.327	70.412	63.806	1.440.013	1.477.299	1.484.522
Algodão Herbáceo (Em Caroço)	305.187	469.794	433.070	1.540.926	2.552.647	2.277.048	2.199.268	3.798.480	3.644.202
Alho	24.272	12.820	12.353	26.972	14.348	14.264	123.099	85.597	86.194
Arroz (Em Casca)	244.131	369.513	374.625	1.736.406	2.788.013	2.865.428	10.334.603	13.277.008	13.260.781
Café	10.746	14.235	16.130	40.166	38.406	34.324	1.987.074	2.465.710	2.149.965
Cana-de-açúcar	12.907.592	14.001.079	15.752.684	36.621.021	37.885.630	39.152.175	396.012.158	415.205.835	425.534.061
Feijão	289.172	209.835	280.199	406.907	326.910	408.369	3.302.038	2.967.007	3.060.348
Laranja	116.969	113.057	113.630	143.413	137.075	134.722	16.917.558	18.313.717	17.890.274
Milho	3.632.636	3.523.279	2.843.534	10.076.802	9.493.826	7.779.639	48.327.323	41.787.558	34.740.874
Soja	6.319.213	6.091.676	6.983.890	23.495.779	24.026.816	28.578.422	51.919.440	49.549.941	51.068.929
Sorgo Granífero	638.387	741.076	508.629	1.150.361	1.346.189	896.371	1.804.919	2.158.872	1.548.141
Tomate	1.016.188	871.945	776.030	1.038.067	893.927	796.841	3.708.602	3.515.567	3.408.044
Trigo	65.647	87.781	49.885	242.252	299.824	188.520	6.153.500	5.818.846	4.996.186

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2005

Os produtos como cana-de-açúcar, apresentou desempenho em Goiás de (22,04%), Centro-Oeste (6,91%) e Brasil (7,45%), milho e o tomate, apresentaram queda em Goiás (21,72%; 23,63%), Centro-Oeste (22,80%; 23,24%) e Brasil (28,11%; 8,10%). Já a soja mostrou no período bons resultados em Goiás e Centro-Oeste (10,52% e 21,63) e (no) âmbito nacional, queda de (1,64%).

Em Goiás, dez municípios foram responsáveis por 52,25% de toda a riqueza gerada no Estado em 2004. São eles: Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Catalão, Aparecida de Goiânia, Itumbiara, Senador Canedo, Jataí, Luziânia e São Simão. De acordo com Seplan (2006) existe forte concentração de riqueza no Estado, principalmente na região centro, sul e sudoeste. Dos 246 municípios goianos, somente 46 deles produzem 77,55 % de toda a riqueza gerada, enquanto, os outros 200 detêm o restante da renda. As desigualdades na distribuição da

riqueza são atribuídas a fatores geográficos de localização, vantagens comparativas, forma de ocupação territorial, modo de produção e distribuição dos recursos creditícios. O estudo aponta ainda que, no conjunto dos 246 municípios goianos, apenas 15 apresentaram participação superior a 1% no total do PIB estadual.

Nessa perspectiva, a agropecuária está bem disseminada na maioria dos municípios goianos, exercendo importante papel no desenvolvimento municipal, ao garantir matéria-prima para a agroindústria, gerando emprego e renda. Jataí e Rio Verde se destacam no *ranking* agropecuário (1º e 2º lugares). Jataí com participação de 5,53%, pela produção de milho, soja e sorgo e Rio Verde com 5,49%, se dá pelo fato de ser considerado um dos maiores complexos agroindustriais do País, incluindo empresas alimentícias e de embalagens.

No que tange ao setor secundário, pode-se caracterizar a participação da atividade Industrial, que tem se destacado na maior concentração de riqueza entre os outros setores pesquisados, cerca de 64,29%. Goiânia, tida como o município mais rico do Estado, não possui grande participação na agropecuária, mas quando se analisa o setor de Indústria, ocupa a primeira colocação no *ranking* com participação de 19,03%, em virtude da concentração de indústrias no município. Anápolis (7,44%) ocupa o segundo lugar no *ranking* e concentra indústrias farmacêuticas, produção de adubos, alimentícias, embalagens e metalurgia.

O setor de serviços seguiu a tendência de concentração de riqueza da indústria. Os dez maiores municípios colocados no *ranking* participaram com 58,73% do valor total gerado. Tendo a primeira posição também com Goiânia, respondendo por 29,98% da riqueza gerada por serviços, enquanto, Anápolis com 5,49% ocupa o segundo lugar.

Todos esses aspectos podem ser observados na Tabela 8. É interessante comentar que, Catalão, Aparecida de Goiânia, São Simão, Luziânia e Minaçu, também ocupam posições importantes no *ranking* das atividades econômicas do estado, e tendem a avançar ao longo dos anos.

Tabela 8 - Os dez maiores municípios em relação ao Valor Adicionado (VA), por setor de

Ranking	VA Agropecuária		VA Indústria		VA Serviços	
	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)
1º	Jataí	437.450	Goiânia	2.574.162	Goiânia	5.003.818
2º	Rio Verde	434.771	Anápolis	1.006.893	Anápolis	916.382
3º	Mineiros	239.961	São Simão	990.004	Aparecida de Goiânia	756.681
4º	Chapadão do Céu	209.930	Catalão	874.728	Rio Verde	630.872
5º	Cristalina	200.034	Rio Verde	777.657	Senador Canedo	569.203
6º	Caiapônia	170.266	Aparecida de Goiânia	667.010	Catalão	542.503
7º	Montividiu	159.184	Itumbiara	602.450	Luziânia	405.054
8º	Paraúna	139.337	Luziânia	507.336	Itumbiara	399.126
9º	Luziânia	133.894	Minaçu	398.672	Jataí	361.757
10º	Ipameri	131.450	Jataí	296.727	Águas Lindas de Goiás	217.194
TOTAL GERAL		2.256.277	8.695.639		9.802.590	
Participação		28,53%	64,29%		58,73%	
Estado de Goiás		7.908.011	13.524.735		16.690.842	

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais.

Elaboração: SEPLAN-GO // SEPIN / Gerência de Contas Regionais.

atividade no Estado de Goiás – 2004.

Quanto à balança comercial, o saldo das importações e das exportações é critério importante a ser abordado, pois traz resultado da realidade econômica do estado, região ou país. Na Tabela 9, demonstra a posição e desempenho de Goiás em relação ao Brasil e verifica-se que nos últimos 7 anos a balança comercial de Goiás registrou aumentos expressivos. Especificamente nos anos de 1998-e 2005, as exportações goianas totalizaram US\$ 318.669 milhões e US\$ 1.816.294 bilhões, respectivamente. O crescimento aritmético no período foi de 469,96%. Já em âmbito nacional, as exportações em 1998 eram de US\$ 51.139.862 e em 2005 US\$ 118.308.269 bilhões, com crescimento de 131%. As importações de Goiás passaram de US\$ 311.887 para US\$ 723.939 milhões, crescimento de 132%. Já o Brasil passou de US\$ 57.763.476 para US\$ 73.548.226 bilhões, crescendo 27% no mesmo período. Isso mostra que o estado de Goiás apresentou um crescimento tanto das exportações quanto das importações, superior a média nacional.

Tabela 9 - Balança comercial do Estado de Goiás em relação ao Brasil, de 1998 a 2005. Em milhões R\$.

ANO	Goiás			Brasil		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1998	381.669	311.887	69.782	51.139.862	57.763.476	-6.623.614
1999	325.885	318.557	7.328	48.011.444	49.294.639	-1.283.195
2000	544.767	373.987	170.780	55.085.595	55.838.590	-752.995
2001	595.070	390.139	204.931	58.222.642	55.572.176	2.650.466
2002	649.081	326.813	322.269	60.361.786	47.240.488	13.121.298
2003	1.102.202	376.772	725.430	73.084.140	48.304.598	24.779.542
2004	1.411.773	625.364	786.410	96.475.238	62.834.698	33.640.540
2005	1.816.294	723.939	1.092.355	118.308.269	73.548.226	44.760.043
TOTAL	6.826.741	3.447.458	3.379.283	560.688.976	450.396.891	110.292.085

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2007

Contudo, a Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), na caracterização da SEPLAN-GO, aponta que as exportações trazem crescimento consistente e contínuo, registrando saldos positivos na balança ao longo desse período. Destaca-se que de 2002 para 2003 as exportações cresceram 69,81% e as importações acompanharam, mas em proporções bem menores, 15,29%. Já o Brasil apresenta resultados negativos em 3 anos consecuentes de 1998 a 2000, pois as importações cresceram mais que as exportações, em 2001 a balança apresenta melhora em seus resultados, com a desvalorização cambial.

Portanto, segundo a Seplan (2006), o avanço da economia no período foi caracterizado pela instalação de novas indústrias, especificamente no ramo de agronegócio, ampliação da produção de soja e de carnes (*commodities* agrícolas valorizadas no mercado externo). Além disso, também se destaca a produção mineral para exportação, como ouro, amianto,

ferroníquel e nióbio.

Na Tabela 10, pode-se constatar que as exportações avançaram ao longo dos anos, fruto do aperfeiçoamento da cadeia produtiva. Avaliando o período 2005 a 2006, as exportações apresentaram crescimento em quase todos os produtos, com exceção ao complexo de soja que registrou queda de 17,42%, como também ouro e algodão, respectivamente 16,81% e 43,76%. Isso se deu pelo desempenho do agronegócio em 2006, pois essa atividade foi responsável por 84% das vendas externas de Goiás.

Tabela 10 - Principais produtos exportados do Estado de Goiás, de 2005 e 2006.

Produtos	US\$ FOB		(%) Participação
	2005	2006	
Complexo Soja	1.018.617	841.200	47,60%
Carnes*	371.485	742.900	28,50%
Couro	36.855	106.800	3,68%
Ferronióbio / Ferroligas	48.660	92.300	3,61%
Amianto	43.414	45.600	2,78%
Ouro	45.920	38.200	2,15%
Algodão	43.208	24.300	1,27%
Demais Produtos	208.135	200.727	10,46%
TOTAL EXPORTAÇÕES	1.816.294	2.092.027	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2006 e 2007.

* Inclusas (Bovinas, Suínas, Aves e Outra). Dados Disponíveis Adaptado pela Autora

3.3 Distribuição de recursos para investimento: Agropecuária, Indústria Extrativista, Indústria de Transformação e Comércio / Serviços

A questão da política do crédito para investimento é fator interessante a ser ressaltado, sendo que essa política é considerada um dos determinantes para impulsionar o desempenho do próprio país, do estado ou região. Para Araújo e Schuh (1977), o crédito aponta sua importância no financiamento da produção agrícola, pois é tido como principal fomento para expandir e ampliar a agricultura.

A agropecuária tornou-se um dos principais pilares do desenvolvimento do estado de Goiás. Na Tabela 11 apresenta-se o desembolso de crédito dos principais investimentos concedidos pelo BNDES por setor e região. Observa-se que, o desembolso desses recursos à atividade agropecuária goiana, destaca-se maior relevância nos anos de 2001, 2004 e 2005, absorvendo respectivamente 40,61%, 50,52% e 37,09% dos recursos disponíveis. Na análise de participação tem-se média de representação de 72,84% e 64,36% à indústria extrativa e de transformação a Goiás obtendo a maioria dos recursos em relação ao Centro-Oeste. Entretanto, em âmbito nacional a situação se modifica, pois da média de 2,38% dos recursos destinados ao estado de Goiás, 7,52% deles são direcionados para a agropecuária.

Tabela 11 - Principais investimentos – BNDES – desembolso de recursos ao Estado de Goiás e participação no Centro-Oeste e Brasil, de 2001 a 2006. Em mil (R\$)

Especificação	Ano	Total	Agropecuária	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Comércio e Serviços
Goiás	2001	412.249	167.397	1.158	161.657	82.037
	2002	1.012.001	291.804	1.529	125.504	593.164
	2003	991.910	366.071	15.478	85.528	524.833
	2004	1.224.830	618.732	4.521	185.964	415.613
	2005	912.374	338.398	3.906	261.645	308.425
	2006	1.136.831	253.429	6.964	388.395	488.043
Participação (%) Goiás / Centro-Oeste	2001	24,20	30,37	78,61	72,34	8,85
	2002	39,08	27,20	88,53	66,78	44,70
	2003	35,03	28,68	86,48	55,78	37,93
	2004	23,73	26,54	72,05	48,07	17,06
	2005	27,90	31,79	34,39	73,95	16,75
	2006	31,07	33,73	76,96	69,27	20,88
Participação (%) Goiás / Brasil	2001	1,61	6,06	0,29	1,27	0,88
	2002	2,65	6,47	0,61	0,73	3,83
	2003	2,83	7,97	9,86	0,54	4,09
	2004	3,07	8,93	1,86	1,20	2,43
	2005	1,94	8,33	1,18	1,13	1,58
	2006	2,22	7,40	0,48	1,51	2,36

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (1) R\$ Milhões
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, que a ocupação de Goiás se deu de forma lenta e diversificada, num processo desordenado, uma vez que o estado nasceu e desenvolveu em virtude da expansão baseada no modelo capitalista da descoberta do ouro. A pecuária era tida como a atividade principal do estado e num processo de “migração” de atividades a agricultura é incorporada como um setor de subsistência alimentar. Verificou-se que as fronteiras agrícolas e os programas desenvolvimentistas foram frutos da modernização agrícola, cujos objetivos foram de proporcionar o desenvolvimento da agricultura.

Desenvolveram-se análises sem aprofundamento em âmbito do setor agropecuário. Esta possibilitou avaliação na estruturação do PIB, por se tratar de um dos principais indicadores de riqueza, expansão da agricultura e suas tendências, saldo da balança comercial e principais produtos agrícolas exportados, recursos disponíveis e direcionados para o setor agrícola. Foi constatado que nesse período houve o crescimento da produtividade agrícola, elevação da produção de grãos, quantidades colhidas no estado em relação ao Centro-Oeste e Brasil e melhora dos indicadores econômicos. Assim, a agricultura tem contribuído para a elevação do PIB no estado, embora o reflexo dessa elevação seja quase imperceptível, pelo nível de concentração de culturas e produtos agrícolas de exportação, principalmente, soja e carnes bovina, suína e aves.

Posteriormente, setor de alimentos, puxado pelo agronegócio tem permitido a instalação de indústrias pela maior disponibilidade de crédito elevando o grau de integração

das cadeias produtivas e valor agregado. Entretanto, as atividades agrícolas não contempladas ficam a reboque e excluídas de tais linhas financiamento, seja pela falta de garantias reais de pagamento, seja pela estratégia do governo de priorizar produtos de exportação. Estas se fazem necessário com o objetivo de equilibrar o balanço de pagamentos, estratégia também seguida pelo governo federal, o que nunca foi novidade ao longo da história.

REFERÊNCIAS

Anuário Estatístico do Estado de Goiás (2004 e 2007) – SEPIN (*SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO*) – Informações Socioeconômicas de Goiás e dos Municípios – SEPLAN (*SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO*). Disponível em: < www.seplan.go.gov.br >. Acesso em: 15 Mai 2007.

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, G Edward. *Desenvolvimento da Agricultura: Análise de Política Econômica*. São Paulo: Pioneira, 1977.

ARAÚJO SILVA, Hylana. *O Padrão de Financiamento Agrícola a Partir dos Anos 90: O Caso do FCO Rural no Estado de Goiás*. 2006. Monografia - Curso de Graduação em Economia, Faculdades Alves Faria (ALFA), Goiânia.

BADOUIN, Robert. *Sócio-Economia do Ordenamento Rural*. Portugal, Cidade Porto: Editora Rés, 1982.

BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Editora UCG (Universidade Católica de Goiás), 1988.

Crescimento da Agricultura Brasileira - Revista de Política Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasil, 2006. CONAB (*COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR*). Disponível em: < www.conab.gov.br >. Acesso em: 15 abr 2007.

DINIZ, Clélio Campolina. *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e Suas Perspectivas*. Texto Para Discussão nº 375 (IPEA), Junho de 1995. Disponível em: < www.ipea.gov.br >. Acesso em: 07. Abril. 2007.

SEPLAN. REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO: Conjuntura Socioeconômica de Goiás. Modernidade e Crescimento, as Marcas do Novo Goiás. Goiânia: Produção, nº22, Janeiro/Março de 2006. Publicação Trimestral. Edição Especial.

_____: Conjuntura Socioeconômica de Goiás. Qualificação Profissional, Fator de Desenvolvimento. Goiânia: Produção, nº25, Janeiro/Março de 2007. Publicação Trimestral.

ESTEVAM, Luiz. *O Tempo da Transformação: Estrutura Dinâmica da Formação Econômica de Goiás*. 2. ed. Universidade Católica de Goiás, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JR., Rudinei; VASCONCELLOS, Marco Antonio S.. *Economia Brasileira Contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Estudos e Pesquisas de Informação Geográfica. Brasil, 2002. IBGE (*INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS*). Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 15. Abril. 2007.

KENNEDY, Peter. *Introdução à Macroeconomia*. São Paulo: Saraiva, 1979.

MAIA, Valter Estácio. *Desenvolvimento Econômico de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2005.

MIZIARA, Fausto. *Expansão de Fronteiras e Ocupação do Espaço no Cerrado: O Caso de Goiás*. Artigo do Livro: Natureza Viva do Cerrado. Goiânia, 2006.

NAZARENO, Elias; SALLES, José Antônio (Organizadores). *Desenvolvimento Regional e a Evolução dos Estados Subnacionais*. São Carlos: Suprema, 2006.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. *Princípios de Economia*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

PEDROSO, Ízula Luíza Pires Bacci. *Meio Ambiente, Agroindústrias e a Ocupação dos Cerrados: O Caso do Município do Rio Verde no Sudoeste de Goiás*. 2004. Dissertação (Artigo de Mestrado em Geografia). Uberlândia: Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: < www.ig.ufu.br >. Acesso em: 17. Abril. 2007.

PEDROSO, Ízula Luíza Pires Bacci; SILVA, Antenor Roberto Pedroso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Agroindustrial de Rio Verde – GO*. 2005. Dissertação (Artigo de Mestrado em Geografia e Agronegócios). Uberlândia: Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: < www.ig.ufu.br >. Acesso em: 17. Abril. 2007.

SARRIS, Alexandre H. *O Papel da Agricultura no Desenvolvimento Econômico e na Diminuição da Pobreza: Uma Base Empírica e Conceitual*. Documento Preparado Para o Departamento de Desenvolvimento Rural do Banco Mundial, Janeiro de 2001. Disponível em: < www.bndes.gov.br >. Acesso em: 20. Fevereiro. 2007.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. *Considerações Acerca da Evolução da Propriedade da Terra Rural no Brasil*. Artigo Numa Versão Sintetizada do Livro: Síntese da Evolução da Propriedade da Terra no Brasil. Publicado na PUC-Rio de Janeiro, 2003. 18 p.

SILVA, Lilian Leandra. *O Papel do Estado no Processo de Ocupação das Áreas de Cerrado Entre as Décadas de 60 e 80*. 2000. Dissertação (Artigo de Mestrado em Geografia). Uberlândia: Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: < www.ig.ufu.br >. Acesso em: 17. Abril. 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999.

UEDA, Eurico Hideki. *ECONOMIA Ensaio: A Participação Governamental na Economia*. 3 e 4. ed. Uberlândia: Departamento de Economia, 1987.